



Junho/2009

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'C03', Tipo 005

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA

Português

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**PORTUGUÊS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Sobre a efemeridade das mídias

Um congresso recente, em Veneza, dedicou-se à questão da efemeridade dos suportes de informação, desde a tábuca de argila, o papiro e o pergaminho até o livro impresso e os atuais meios eletrônicos. O livro impresso, até agora, demonstrou que sobrevive bem por 500 anos, mas só quando se trata de livros feitos de papel de trapos. A partir de meados do século XIX, passou-se ao papel de polpa de madeira, e parece que este tem uma vida máxima de 70 anos (com efeito, basta consultar jornais ou livros dos anos de 1940 para ver como muitos se desfazem ao ser folheados). Há muito tempo se realizam estudos para salvar todos os livros que abarrotam nossas bibliotecas; uma das soluções mais adotadas é escanear todas as páginas e passá-las para um suporte eletrônico.

Mas aqui surge outro problema: todos os suportes para a transmissão e a conservação de informações, da foto ao filme, do disco à memória do computador, são mais perecíveis que o livro. As velhas fitas cassetes, com pouco tempo de uso se enrolavam todas, e saíam mascadas; as fitas de vídeo perdem as cores e a definição com facilidade. Tivemos tempo suficiente para ver quanto podia durar um disco de vinil sem ficar riscado demais, mas não para verificar quanto dura um CD-ROM, que, saudado como a invenção que substituiria o livro, ameaça sair rapidamente do mercado, porque podemos acessar on line os mesmos conteúdos por um custo menor. Sabemos que todos os suportes mecânicos, elétricos ou eletrônicos são rapidamente perecíveis, ou não sabemos quanto duram e provavelmente nunca chegaremos a saber. Basta um pico de tensão, um raio no jardim para desmagnetizar uma memória. Se houvesse um apagão bastante longo, não poderíamos usar nenhuma memória eletrônica.

Os suportes modernos parecem criados mais para a difusão do que para a conservação das informações. É possível que, dentro de alguns séculos, a única forma de ler notícias sobre o passado continue sendo a consulta a um velho e bom livro. Não, não sou um conservador reacionário. Gravei em disco rígido portátil de 250 gigabytes as maiores obras primas da literatura universal. Mas estou feliz porque os livros continuam em minha biblioteca – uma garantia para quando os instrumentos eletrônicos entrarem em pane.

(Adaptado de Umberto Eco – UOL – Notícias – NYT/ 26/04/2009)

1. O autor nega que seja *um conservador reacionário* – negativa que pode ser justificada atentando-se para o segmento
 - (A) *os livros continuam em minha biblioteca.*
 - (B) *consulta a um velho e bom livro.*
 - (C) *Gravei em disco rígido portátil.*
 - (D) *mais para a difusão do que para a conservação das informações.*
 - (E) *única forma de ler notícias sobre o passado.*

2. É correto deduzir das afirmações do texto que
 - (A) os livros feitos de papel de trapo não resistem mais que cinco séculos.
 - (B) a confiabilidade de suportes simples pode superar a dos mais complexos.
 - (C) a limitação da mídia eletrônica revela-se na transmissão de informações.
 - (D) já houve tempo suficiente para se precisar a durabilidade do disco rígido.
 - (E) a obsolescência de todos os suportes de informação tem a mesma causa.

3. Analisando diferentes mídias, o autor tem sua atenção voltada, sobretudo, para
 - (A) a fidedignidade das informações que circulam em suportes eletrônicos.
 - (B) o grau de obsolescência dos livros antigos, mormente os centenários.
 - (C) a conservação dos livros, que se vem revelando cada vez mais precária.
 - (D) o conservadorismo de quem rejeita os suportes modernos de informação.
 - (E) a preservação das informações, quaisquer que sejam seus suportes.

4. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. No primeiro parágrafo, afirma-se que vem sendo processada a cópia eletrônica de livros para preservar a massa de informações dos volumes que lotam nossas bibliotecas.
 - II. No segundo parágrafo, considera-se não apenas a efemeridade dos últimos suportes de mídia, mas também aspectos éticos envolvidos na transmissão de informações *on-line*.
 - III. No terceiro parágrafo, o autor sugere que informações impressas em livro estão mais seguras do que as que se vêem processando em suportes mais avançados.

Está correto o que se afirma em

 - (A) I e III, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I e II, apenas.



5. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na construção da seguinte frase:
- (A) Atribuem-se a picos de tensão ou raios ocasionais a causa de muita perda de informações, que se julgavam preservadas numa memória eletrônica.
- (B) Diferentemente do que ocorre com livros muito antigos, que se vêm revelando muito resistentes, os de hoje ressentem-se do uso constante.
- (C) Caso deixassem de haver as grandes bibliotecas de hoje, é possível que os homens do futuro não pudessem interpretar plenamente a nossa cultura.
- (D) Confia-se a um suporte eletrônico incontáveis informações, mas não se podem avaliar com segurança quanto tempo permanecerão disponíveis.
- (E) Ainda que só venha a restar da nossa época algumas boas bibliotecas, elas serão suficientes para dar notícia do que pensamos e criamos.
-
6. Está adequada a correlação entre tempos e modos verbais na frase:
- (A) A cada vez que surge um novo suporte de informações, ter-se-ia a impressão de que ele se revelasse o mais seguro e mais duradouro.
- (B) O autor nos lembra que as velhas fitas cassetes, com o uso constante, enrolavam-se e mascavam-se, o que logo as tinha tornado obsoletas.
- (C) Caso fosse outro o tema do congresso realizado em Veneza, o autor, amante dos livros, provavelmente não o havia tomado para comentar.
- (D) Terá sido uma surpresa para muita gente inteirar-se do fato de que, antigamente, livros se confeccionarão com papel feito de trapos.
- (E) Talvez a ninguém ocorresse, antes de ler esse texto, que a durabilidade dos velhos livros pudesse ser reconhecidamente superior à dos novos suportes.
-
7. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:
- (A) O autor, um intelectual italiano que já não é jovem, pôde comprovar e comparar a qualidade e a durabilidade de diversos suportes de informação.
- (B) Umberto Eco, reconhecido ensaísta italiano, dedica-se com frequência à analisar temas modernos, de cujo estudo muito tem colaborado.
- (C) Muita gente ignora o fato revelado pelo autor, no qual se informa que já houve livros cuja fabricação se valia de um resistente papel de trapos.
- (D) Em Veneza realizou-se o congresso aonde se discutiu a questão de que a efemeridade dos suportes de informação revela-se bastante precária.
- (E) Ainda há muitos livros em sebos, feitos de papel de polpa de madeira, que provaram ter resistido há mais de cem anos de impressão.
-
8. Verifica-se correta transposição de uma para outra voz verbal no seguinte caso:
- (A) *Gravei (...) obras primas* (3º parágrafo) = tinham sido gravadas obras primas.
- (B) *os livros continuam em minha biblioteca* (3º parágrafo) = os livros têm continuado em minha biblioteca.
- (C) *podemos acessar os mesmos conteúdos* = os mesmos conteúdos podem ser acessados.
- (D) *dedicou-se à questão* (1º parágrafo) = a ela foi dedicada.
- (E) *se realizam estudos* (1º parágrafo) = estudos sejam realizados.
-
9. Na frase *Mas aqui surge outro problema*, o termo em destaque exerce a mesma função sintática que o termo sublinhado em:
- (A) *Sabemos que todos os suportes mecânicos, elétricos ou eletrônicos, são rapidamente percebíveis (...)*
- (B) *Não, não sou um conservador reacionário.*
- (C) *Tivemos tempo suficiente para ver quanto podia durar um disco de vinil (...)*
- (D) *(...) as fitas de vídeo perdem as cores e a definição com facilidade.*
- (E) *Um congresso recente, em Veneza, dedicou-se à questão da efemeridade dos suportes de informação (...)*
-
10. *Os suportes modernos parecem criados mais para a difusão do que para a conservação das informações.*
- Preserva-se o sentido essencial da frase acima nesta outra correta redação:
- (A) Embora criados para difundir e conservar as informações, os suportes modernos não revelam a mesma eficácia.
- (B) Difundir, mas não conservar, eis o que se conclui acerca dos suportes modernos, criados para vincular informações.
- (C) Criados os suportes modernos, revelaram-se mais produtivos quanto à difusão do que para conservar as informações.
- (D) É na difusão, e não na conservação das informações, que os suportes modernos revelam maior eficácia.
- (E) Uma vez que foram criados para difundir informações, os suportes modernos tem sua conservação muito menos eficaz.



Atenção: As questões de números 11 a 18 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Caipiradas

A gente que vive na cidade procurou sempre adotar modos de ser, pensar e agir que lhe pareciam os mais civilizados, os que permitem ver logo que uma pessoa está acostumada com o que é prescrito de maneira tirânica pelas modas – moda na roupa, na etiqueta, na escolha dos objetos, na comida, na dança, nos espetáculos, na gíria. A moda logo passa; por isso, a gente da cidade deve e pode mudar, trocar de objetos e costumes, estar em dia. Como consequência, se entra em contato com um grupo ou uma pessoa que não mudaram tanto assim; que usam roupa como a de dez anos atrás e respondem a um cumprimento com certa fórmula desusada; que não sabem qual é o cantor da moda nem o novo jeito de namorar; quando entra em contato com gente assim, o cidadão diz que ela é caipira, querendo dizer que é atrasada e portanto meio ridícula.

Diz, ou dizia; porque hoje a mudança é tão rápida que o termo está saindo das expressões de todo dia e serve mais para designar certas sobrevivências teimosas ou alteradas do passado: músicas caipiras, festas caipiras, danças caipiras, por exemplo. Que, aliás, na maioria das vezes, conhecemos não praticadas por caipiras, mas por gente que finge de caipira e usa a realidade do seu mundo como um produto comercial pitoresco.

Nem podia ser de outro modo, porque o mundo em geral está mudando depressa demais, e nada pode ficar parado. Hoje, creio que não se pode falar mais de criatividade cultural no universo do caipira, porque ele quase acabou. O que há é impulso adquirido, resto, repetição – ou paródia e imitação deformada, mais ou menos parecida. Há, registre-se, iniciativas culturais com o fito de fixar o que sobra de autêntico no mundo caipira. É o caso do disco *Caipira. Raízes e frutos, do selo Eldorado, gravado em 1980, que será altamente apreciado por quantos se interessarem por essa cultura tão especial, e já quase extinta.*

(Adaptado de Antonio Candido, Recortes)

11. No primeiro parágrafo, estabelece-se uma contraposição entre as expressões

- (A) *deve e pode mudar*, sublinhando os impulsos a que os caipiras têm que se render.
- (B) *é atrasada e meio ridícula*, acentuando a variabilidade que ocorre com as modas.
- (C) *mais civilizados e fórmula desusada*, identificando pontos de vista adotados pelos cidadãos.
- (D) *logo passa e estar em dia*, destacando parâmetros adotados pelos caipiras.
- (E) *de maneira tirânica e está acostumada*, enfatizando as críticas dos cidadãos aos modos caipiras.

12. Atentando-se para o 2º parágrafo, é correto afirmar que o segmento

- (A) *a realidade do seu mundo* está-se referindo ao universo do cidadão.
- (B) *Diz, ou dizia* sugere a velocidade com que um novo elemento da moda aprimora um anterior.
- (C) *certas sobrevivências teimosas ou alteradas* designa a precária permanência de costumes caipiras.
- (D) *o termo está saindo das expressões de todo dia* refere-se à moda que deixa de ser seguida.
- (E) *um produto comercial pitoresco* traduz a maneira pela qual o cidadão reconhece a moda que ele mesmo promove.

13. Ao afirmar que o *universo do caipira (...)* quase acabou, o autor emprega o termo *quase* em função

- (A) da autenticidade que o cidadão ainda reconhece nos costumes caipiras.
- (B) de remanescerem repetições e paródias que aludem ao mundo caipira.
- (C) de as mudanças do nosso tempo ocorrerem em alta velocidade.
- (D) de iniciativas culturais que reavivam e fortalecem os costumes caipiras.
- (E) da fermentação cultural que se propaga criativamente nesse universo.

14. Atente para as seguintes afirmações sobre o primeiro parágrafo:

- I. Com a expressão *o que é prescrito de maneira tirânica*, o autor está qualificando modos de ser, pensar e agir, com cuja imposição os cidadãos estão acostumados.
- II. A submissão dos cidadãos aos valores da moda é a causa de uma alternância de valores que reflete uma clara hesitação entre o que é velho e o que é novo.
- III. No último e longo período, a sequência de pontos-e-vírgulas destaca uma enumeração de traços que identificam um caipira aos olhos do cidadão.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.



<p>15. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados em:</p> <p>(A) Os modos de ser <u>com que</u> se apropria a gente da cidade são os que <u>lhes</u> parecem mais civilizados.</p> <p>(B) Enfraquecida, a cultura caipira <u>cujos</u> valores tanta gente se encantou, cede lugar às modas citadinas, <u>de que</u> quase todos tomam como parâmetro.</p> <p>(C) A moda sempre existiu, sempre haverá quem <u>a</u> adote, assim como sempre haverá quem não <u>lhe</u> poupe o aspecto de superficialidade.</p> <p>(D) A moda, <u>cujos os</u> valores são sempre efêmeros, define as maneiras de vestir e pensar <u>de que</u> se comparam os citadinos.</p> <p>(E) Vive-se num tempo <u>onde</u> as mudanças são tão rápidas que fica difícil acompanhar-<u>lhes</u> em sua velocidade.</p>	<p>Atenção: As questões de números 19 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.</p> <p><i>A correspondência oficial não dispensa nem os protocolos de rigor que lhe são próprios, nem a máxima objetividade no tratamento do assunto em tela. Não cabendo o coloquialismo do tratamento na pessoa você, é preciso conhecer o emprego mais cerimonioso de Vossa Senhoria e Vossa Excelência, por exemplo, para os casos em que essas ou outras formas mais respeitadas se impõem. Quanto à disposição da matéria tratada, a redação deve ser clara e precisa, para que se evitem ambiguidades, incoerências e quebras sintáticas.</i></p> <p style="text-align: right;">(Diógenes Moreyra, inédito)</p>
<p>16. Considerando-se o contexto, constituem uma causa e seu efeito, nesta ordem, os segmentos destacados em:</p> <p>(A) (...) <i>conhecemos não praticadas por caipiras, // mas por gente que finge de caipira (...)</i></p> <p>(B) (...) <i>que será altamente apreciado // por quantos se interessem por essa cultura tão especial (...)</i></p> <p>(C) (...) <i>uma pessoa está acostumada // com o que é prescrito de maneira tirânica (...)</i></p> <p>(D) <i>Nem podia ser de outro modo, // porque o mundo em geral está mudando depressa demais.</i></p> <p>(E) (...) <i>hoje a mudança é tão rápida // que o termo está saindo das expressões de todo dia (...)</i></p>	<p>19. Quanto ao emprego das formas de tratamento, está correta a seguinte construção:</p> <p>(A) Se preferires, adiaremos o simpósio para que não nos privemos de sua coordenação, Excelência, bem como das sugestões que certamente tereis a nos oferecer.</p> <p>(B) Sempre contaremos com os préstimos com que Vossa Senhoria nos tem honrado, razão pela qual, antecipadamente, deixamos-lhe aqui nosso profundo reconhecimento.</p> <p>(C) Vimos comunicar a Vossa Excelência que já se encontra à vossa disposição o relatório que nos incumbiste de providenciar há cerca de uma semana.</p> <p>(D) Diga a Vossa Senhoria que estamos à espera de suas providências, das quais não nos cabe tratar com seu adjunto – grande, embora, seja a consideração, meu caro senhor, que lhe dispensamos.</p> <p>(E) Esperamos que Vossa Senhoria sejais capaz de atender aos nossos reclamos, ao nosso ver justos e precisados de toda a vossa atenção.</p>
<p>17. Há, registre-se, iniciativas culturais com o fito de fixar o que sobra de autêntico no mundo caipira. (3º parágrafo)</p> <p>Atente para as seguintes afirmações, referentes à frase acima:</p> <p>I. A expressão <i>com o fito de fixar</i> pode ser corretamente substituída por cuja finalidade é conservar.</p> <p>II. Com a expressão <i>iniciativas culturais</i>, o autor retoma o que já havia identificado como <i>impulso adquirido</i>, na frase anterior.</p> <p>III. O autor deveria ter-se valido da forma registrem-se, em vez de registre-se, para atender à concordância obrigatória com <i>iniciativas</i>.</p> <p>Está correto APENAS o que se afirma em</p> <p>(A) II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) III.</p> <p>(E) I.</p>	
<p>18. Há justificativa para esta seguinte alteração de pontuação, proposta para o segmento final do primeiro parágrafo:</p> <p>(A) o cidadão diz que ela é caipira querendo dizer: que é atrasada, e portanto, meio ridícula.</p> <p>(B) o cidadão diz que ela é caipira querendo dizer que é atrasada; e portanto, meio ridícula.</p> <p>(C) o cidadão diz que ela é caipira, querendo dizer, que é atrasada, e, portanto, meio ridícula.</p> <p>(D) o cidadão diz que ela é caipira, querendo dizer que é atrasada e, portanto, meio ridícula.</p> <p>(E) o cidadão diz: que ela é caipira, querendo dizer: que é atrasada, e portanto meio ridícula.</p>	<p>20. A ocorrência de ambiguidade e falta de clareza faz necessária uma revisão da seguinte frase:</p> <p>(A) Causa-nos revolta, a todos, o pouco interesse que ele vem demonstrando na condução desse processo – razão pela qual há quem peça a demissão dele.</p> <p>(B) Conquanto ele nos haja dado uma resposta inconclusiva e protelado a decisão, há quem creia que nos satisfará o desfecho deste caso.</p> <p>(C) Inconformados com a resposta insatisfatória que nos deu, reiteramos o pedido para que ele não deixe de tomar as providências que o caso requer.</p> <p>(D) Ele deu uma resposta insatisfatória à providência que lhe solicitamos, em razão da qual será preciso insistir em que não venha a repeti-la.</p> <p>(E) Caso não sejam tomadas as providências cabíveis, seremos obrigados a comunicar à Direção o menos-cabo com que está sendo tratado este caso.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. É INCORRETA a afirmação de que
- (A) dependerá, em qualquer caso, de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.
 - (B) as empresas públicas não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
 - (C) a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.
 - (D) incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
 - (E) é assegurada a participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei.
22. O Poder Legislativo está organizado constitucionalmente, de modo que compete privativamente à Câmara dos Deputados, dentre outras atribuições,
- (A) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
 - (B) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
 - (C) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
 - (D) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
 - (E) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
23. A Constituição Federal estabelece no capítulo dos direitos sociais que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria da sua condição social a
- (A) distinção entre trabalho manual e técnico ou entre os profissionais respectivos.
 - (B) remuneração do trabalho noturno igual à do diurno.
 - (C) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
 - (D) função econômica da propriedade.
 - (E) livre manifestação do pensamento e do anonimato.
24. Os Ministros do Tribunal de Contas da União, em número de
- (A) quinze, serão escolhidos dois terços pelo Senado Federal, com aprovação do Presidente da República, sendo seis alternadamente dentre auditores, conselheiros dos Tribunais de Contas e membros dos Ministérios Públicos Estaduais e Federal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e um terço pelo Congresso Nacional, nomeados pelo Presidente da República, pelo critério de merecimento.
 - (B) treze, serão escolhidos dois terços pelo Presidente da República, com aprovação da Câmara dos Deputados, sendo seis alternadamente dentre auditores junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de merecimento e um terço pelo Senado Federal.
 - (C) sete, serão escolhidos um terço pelo Congresso Nacional, com aprovação da Câmara dos Deputados, sendo dois alternadamente dentre cidadãos de reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, indicados em lista sêxtupla pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento dois terços pelo Senado Federal.
 - (D) onze, serão escolhidos dois terços pelo Senado Federal, com aprovação do Congresso Nacional, sendo quatro alternadamente dentre auditores e membros dos Ministérios Públicos Estaduais e Federal, indicados em lista sêxtupla pelo Tribunal, segundo os critérios de merecimento e um terço pelo Congresso Nacional, nomeados pelo Presidente da República.
 - (E) nove, serão escolhidos um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento e dois terços pelo Congresso Nacional.
25. São características das autarquias, dentre outras:
- (A) Tem personalidade jurídica de direito público; é criada por lei e se sujeita a fiscalização do Tribunal de Contas.
 - (B) Tem personalidade jurídica de direito público; é subordinada ao órgão que a criou e extingue-se por ato da sua diretoria.
 - (C) É criada por lei; tem personalidade jurídica de direito privado; não se sujeita a fiscalização do Tribunal de Contas.
 - (D) É criada por escritura pública; extingue-se por decreto do Poder Executivo e é subordinada ao órgão que a criou.
 - (E) Pode ser criada por decreto do Poder Executivo; é subordinada ao órgão que a criou e seus atos não são passíveis de anulação por ação popular.



26. Quanto à classificação dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar que ato
- (A) composto é o que resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, em que a vontade de um é instrumental em relação a de outro, que edita o ato principal.
- (B) externo é aquele praticado por órgão pertencente a um Poder, para dar eficácia a ato administrativo emanado de Poder diverso.
- (C) concreto é o que dispõe para um único e específico caso, esgotando-se nessa única aplicação.
- (D) complexo é o que necessita, para sua formação, da manifestação de vontade de órgãos diferentes.
- (E) constitutivo é o que faz nascer uma situação jurídica, seja produzindo-a originalmente, seja extinguindo ou modificando situação anterior.
-
27. As agências reguladoras são
- (A) entidades de direito privado.
- (B) autarquias sob regime especial.
- (C) empresas públicas.
- (D) sociedades de economia mista.
- (E) órgãos da Administração Direita.
-
28. Sobre os princípios constantes da Lei nº 8.666/93, considere:
- I. A regra de que as obras, serviços, compras e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei, não se aplica aos contratos de publicidade.
- II. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- III. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional; produzidos no País; produzidos ou prestados por empresas brasileiras; produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) II.
-
29. De acordo com a Lei nº 10.520/02, a fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará, dentre outras, à seguinte regra:
- (A) Decididos os recursos interpostos logo após a declaração do vencedor, o pregoeiro fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- (B) Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de 10 dias.
- (C) O acolhimento de recurso interposto por licitante logo após a declaração do vencedor, importará a invalidação de todos os atos do pregão.
- (D) Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, serão examinadas as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- (E) Se nenhum licitante manifestar intenção de recorrer imediatamente após a declaração do vencedor, poderá fazê-lo no prazo de 5 dias.
-
30. Sobre a Lei de Improbidade Pública (Lei nº 8.429/92) é correto afirmar:
- (A) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilícitamente está sujeito às cominações da lei até o limite do valor da herança.
- (B) As disposições da lei não são aplicáveis àquele que, não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade.
- (C) No caso de enriquecimento ilícito, não perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- (D) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá ao Chefe do Poder Executivo representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- (E) Não estão sujeitos às penalidades previstas na lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo fiscal.
-
31. São princípios da Administração Pública NÃO previstos expressamente na Lei Federal que regula o Processo Administrativo.
- (A) proporcionalidade; interesse público e eficiência.
- (B) legalidade; segurança jurídica e finalidade.
- (C) publicidade; autotutela e continuidade dos serviços públicos.
- (D) razoabilidade; ampla defesa e contraditório.
- (E) moralidade; motivação e razoabilidade.



32. Para o cumprimento de obrigações alternativas,
- (A) o credor e o obrigado não podem modificar nada sem expressa autorização judicial.
 - (B) o credor pode exigir do obrigado o pagamento de parte em uma prestação e parte em outra.
 - (C) o modo de escolha cabe sempre ao credor.
 - (D) o obrigado pode exigir do credor o recebimento de parte em uma prestação e parte em outra.
 - (E) a escolha cabe ao obrigado, se de maneira diversa nada tiver sido estipulado.
33. Quanto ao prazo para a anulação de negócio jurídico, o lapso temporal para a parte acionar a máquina judiciária é
- (A) o que determinar o juiz.
 - (B) preclusivo dependendo das circunstâncias.
 - (C) decadencial.
 - (D) prescricional.
 - (E) sempre peremptório.
34. Diante do que estabelece o Direito Positivo brasileiro, a personalidade, por ser a aptidão genérica para a aquisição de direitos e obrigações, é privativa
- (A) exclusivamente dos brasileiros natos, quer sejam capazes ou incapazes.
 - (B) apenas do ser humano com capacidade plena.
 - (C) do espólio, da massa falida, dos órgãos públicos e da herança jacente.
 - (D) tão somente do ser humano.
 - (E) de todos os seres humanos e dos entes morais, tais como sociedades, fundações e associações.
35. Considere as afirmações abaixo.
- I. Tratando-se de penhora de meação de bem indivisível, a alienação judicial só poderá ser efetivada com a concordância do cônjuge alheio à execução.
 - II. Na execução de crédito com garantia anticrética, a penhora recairá, preferencialmente, sobre a coisa dada em garantia.
 - III. A parte poderá requerer a substituição da penhora se não obedecer à ordem legal.
- De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
 - (B) II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) I e II.
 - (E) I.
36. No Processo Civil, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, dentre outras, a sentença
- (A) que julgar procedente os embargos do devedor na execução de dívida ativa, quando a condenação ou direito controvertido for de valor inferior a 60 salários mínimos.
 - (B) que estiver fundada em súmula do Supremo Tribunal Federal ou do tribunal superior competente.
 - (C) que estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) proferida contra as autarquias municipais e fundações de direito público, quando a condenação ou direito controvertido for de valor superior a 60 salários mínimos.
 - (E) proferida contra o Município e respectivas autarquias, quando a condenação ou direito controvertido for de valor inferior a 60 salários mínimos.
37. O recurso especial, quando interposto contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar ou embargos à execução,
- (A) dependerá do oferecimento pelo recorrente de caução, hipoteca legal ou outra garantia real.
 - (B) ficará retido nos autos e somente será processado se o reiterar a parte, no prazo para interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contra-razões.
 - (C) terá preferência de tramitação no Superior Tribunal de Justiça, passando na frente dos recursos especiais interpostos contra decisões finais.
 - (D) terá processamento imediato, dispensando, nesse caso, o juízo de admissibilidade.
 - (E) terá preferência de tramitação e será recebido no efeito devolutivo e suspensivo.
38. O pagamento habitual do intervalo intrajornada não concedido
- (A) tem natureza salarial refletindo em dsr's, férias, 13º salário, aviso prévio, e FGTS acrescido da multa de 40%.
 - (B) tem natureza salarial, refletindo apenas em dsr's, férias, 13º salário e FGTS acrescido da multa de 40%.
 - (C) não tem natureza salarial por expressa determinação legal.
 - (D) tem natureza salarial, refletindo apenas nas férias, 13º salário e aviso prévio.
 - (E) tem natureza salarial, refletindo apenas nos dsr's, nas férias e 13º salário.



39. João e Pedro foram contratados na mesma data para laborar na empresa X na função de auxiliar de escritório. João e Pedro desempenhavam as mesmas tarefas com igual produtividade. João foi demitido sem justa causa há seis meses. Em razão da demissão de João, Pedro descobriu que João recebia o dobro de seu salário e resolveu ajuizar uma reclamação trabalhista em face de sua empregadora. Neste caso, considerando que João possui 30 anos e Pedro 35 anos, bem como que Pedro é Italiano e João brasileiro, Pedro
- (A) poderá utilizar de João como paradigma desde que seu pedido esteja relacionado a situação presente.
- (B) não poderá utilizar de João como paradigma, uma vez que o mesmo possui nacionalidade diferente.
- (C) não poderá utilizar de João como paradigma, uma vez que o mesmo não se encontra mais laborando na empresa.
- (D) poderá utilizar de João como paradigma desde que seu pedido esteja relacionado a situação pretérita.
- (E) não poderá utilizar de João como paradigma, uma vez que os dois não possuem a mesma idade, o que se presume experiências diferentes.
-
40. O trabalhador rural
- (A) é beneficiário da hora noturna reduzida e possui o adicional noturno de 25%.
- (B) não é beneficiário da hora noturna reduzida, pois o adicional noturno é de 25%.
- (C) é beneficiário da hora noturna reduzida que é computada como de 52 minutos e 30 segundos.
- (D) é beneficiário da hora noturna reduzida que é computada como de 50 minutos e 45 segundos.
- (E) não é beneficiário da hora noturna reduzida, pois o adicional noturno é de 30%.
-
41. Mario, Mariana e Marta pediram demissão de seus empregos e viajaram para a Austrália. Após 30 dias Mario retornou ao Brasil e foi readmitido no mesmo emprego; após 45 dias Mariana retornou ao Brasil e foi readmitida no mesmo emprego e após 90 dias Marta retornou ao Brasil e foi readmitida no mesmo emprego. Neste caso,
- (A) apenas Mario terá direito à contagem de 50% do período aquisitivo de férias anterior ao pedido de demissão.
- (B) apenas Mario terá direito à contagem do período aquisitivo de férias anterior ao pedido de demissão.
- (C) nenhum dos empregados terão direito à contagem do período aquisitivo de férias anterior ao pedido de demissão.
- (D) todos os empregados terão direito à contagem do período aquisitivo de férias anterior ao pedido de demissão.
- (E) apenas Mario e Mariana terão direito à contagem do período aquisitivo de férias anterior ao pedido de demissão.
-
42. Considere as assertivas abaixo a respeito das gratificações.
- I. As gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário.
- II. A gratificação por tempo de serviço, paga mensalmente, repercute no cálculo do repouso semanal remunerado.
- III. A gratificação semestral não repercute no cálculo das horas extras, das férias e do aviso prévio, ainda que indenizado.
- IV. A gratificação de produtividade, paga mensalmente, repercute no cálculo do repouso semanal remunerado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.
-
43. As decisões do Conselho Curador do FGTS serão tomadas com a presença
- (A) da maioria simples de seus membros.
- (B) exclusiva de seu Presidente e de todos os seus Conselheiros.
- (C) da maioria absoluta de seus membros.
- (D) de 1/3 dos seus membros.
- (E) exclusiva de seu Presidente e 1/3 de seus Conselheiros.
-
44. Nos conflitos coletivos o critério adotado para a fixação da competência é o
- (A) do valor monetário negociado no conflito.
- (B) da extensão territorial do conflito.
- (C) da base territorial dos sindicatos.
- (D) do local onde funciona a sede da Confederação da categoria envolvida no conflito.
- (E) do local onde funciona a sede da Federação da categoria envolvida no conflito.



45. Com relação ao procedimento Sumaríssimo, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho é certo que
- (A) só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.
 - (B) as testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.
 - (C) ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo, os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data da rescisão do contrato de trabalho.
 - (D) poderão se submeterem ao procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública fundacional.
 - (E) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.
46. Joana ajuizou reclamação trabalhista em face de sua empregadora doméstica, a milionária Gab Alf. A reclamação trabalhista foi julgada procedente e Gab condenada a pagar para Joana o valor líquido de R\$ 10.000,00. Gab pretende interpor Recurso Ordinário. Neste caso, com relação as custas processuais, Gab
- (A) deverá pagar R\$ 50,00 a título de custas e comprovar o pagamento dentro do prazo recursal.
 - (B) deverá pagar R\$ 100,00 a título de custas e comprovar o pagamento dentro do prazo recursal.
 - (C) deverá pagar R\$ 200,00 a título de custas e comprovar o pagamento dentro do prazo recursal.
 - (D) não deverá pagar custas para recorrer, uma vez que para ingressar com o recurso é devido o depósito recursal, e as custas serão pagas após o trânsito em julgado da decisão.
 - (E) deverá pagar R\$ 300,00 a título de custas e comprovar o pagamento dentro do prazo recursal.
47. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo,
- (A) sete juízes, nomeados pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (B) sete juízes, nomeados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) onze juizes, nomeados pelo Presidente da República.
 - (D) sete juízes, nomeados pelo Presidente da República.
 - (E) onze juízes, nomeados pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
48. A ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação,
- (A) importa em arquivamento do processo sem resolução do mérito, mas o reclamante não será condenado nas custas e despesas feitas pelo reclamado.
 - (B) importa em arquivamento do processo sem resolução do mérito, sendo o reclamante condenado apenas nas custas.
 - (C) importa em arquivamento do processo com resolução do mérito, uma vez que a ação já estava contestada.
 - (D) importa em arquivamento do processo sem resolução do mérito, sendo o reclamante condenado nas custas e despesas feitas pelo reclamado.
 - (E) não importa em arquivamento do processo.
49. Considere as assertivas abaixo a respeito do Agravo de Instrumento no processo trabalhista.
- I. É incabível o Agravo de Instrumento contra o despacho denegatório de embargos à Execução.
 - II. O Agravo de Instrumento interposto em face de despacho que denegou recurso ordinário será julgado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
 - III. O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspende a execução da sentença.
 - IV. O agravo de Instrumento deverá ser instruído obrigatoriamente, dentre outros documentos, com a certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) II, III e IV.
 - (C) I, II e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) I e II.
50. O cargo de analista judiciário (área administrativa), junto ao Tribunal Regional do Trabalho, ocupado por Alcides, deverá ser deslocado para órgão de relações públicas que foi criado nesse Tribunal. Para tanto, NÃO deverá ser considerado para essa distribuição, dentre outros preceitos,
- (A) vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades.
 - (B) o mesmo nível ou equilíbrio de escolaridade.
 - (C) a manutenção da essência das atribuições do cargo.
 - (D) o interesse da administração e equivalência de vencimentos.
 - (E) qualquer nível de especialidade ou habilitação profissional.